



BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

COORDENADOR PEDAGÓGICO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 02/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



BOITUVA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA -
SÃO PAULO

Coordenador Pedagógico

Nº 02/2026

CÓD: SL-139JH-26
7901183000746

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais e multimodais	9
2. Localização de informações explícitas e inferência de informações implícitas; Identificação do tema, da finalidade, da tese e dos argumentos do texto	10
3. Distinção entre fato e opinião	16
4. Reconhecimento de informações principais e secundárias	17
5. Relações entre textos: intertextualidade, comparação de ideias e diferentes abordagens sobre o mesmo tema	19
6. Análise de efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais, recursos expressivos, pontuação, sinais gráficos, linguagem figurada, humor e ironia; relações de coordenação e subordinação	20
7. Coesão e coerência textual	25
8. Relações lógicodiscursivas estabelecidas por conectivos e mecanismos de articulação textual	26
9. Variação linguística e adequação da linguagem à situação comunicativa	27
10. Conhecimentos linguísticos aplicados ao texto: ortografia oficial	28
11. Acentuação gráfica	30
12. Pontuação	36
13. Classes de palavra	38
14. Flexão nominal e verbal	46
15. Concordância nominal e verbal	48
16. Regência nominal e verbal	51
17. Crase	53
18. Colocação pronominal	54
19. Período simples e período composto	56
20. Reescrita de frases e parágrafos	58
21. Equivalência de sentido	59
22. Correção gramatical	60

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais	69
2. Razão e proporção. Proporcionalidade direta e inversa	79
3. Porcentagem	81
4. Regra de três simples e composta	83
5. Média aritmética simples e ponderada	84
6. Sistema monetário	85
7. Grandezas e medidas: tempo, comprimento, massa, capacidade, área, perímetro e volume simples. Conversão entre unidades usuais de medida	87
8. Sequências numéricas, regularidades e padrões	91
9. Noções de contagem, princípio multiplicativo e probabilidade simples	94
10. Noções de lógica: proposições, conectivos, negação, equivalências	100
11. Argumentos, conclusões e análise de validade de raciocínios	108
12. Leitura, interpretação e resolução de situações-problema envolvendo tabelas, gráficos, listas e dados quantitativos. Resolução de situações-problema envolvendo operações, proporcionalidade, organização de informações, interpretação de dados, raciocínio lógico e tomada de decisão	111

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática. Componentes básicos de computadores, dispositivos móveis e periféricos.....	119
2. Sistemas operacionais: área de trabalho, arquivos, pastas, menus, atalhos e configurações básicas. Organização e gerenciamento de arquivos e pastas	125
3. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, inserção de imagens, cabeçalhos, rodapés, impressão, exportação em PDF e salvamento de documentos. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, filtros, classificação de dados, gráficos e organização de informações. Apresentações eletrônicas: criação, edição, formatação básica e inserção de recursos visuais.....	133
4. Internet e navegação: sites, mecanismos de busca, downloads, uploads, avaliação da confiabilidade das informações e uso seguro da rede	140
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, organização de mensagens, contatos, pastas e boas práticas de comunicação institucional	144
6. Armazenamento em nuvem, compartilhamento de arquivos, edição colaborativa, formulários digitais, videoconferência e ferramentas digitais aplicadas à rotina administrativa, pedagógica e escolar	148
7. Segurança da informação: senhas, autenticação, cópias de segurança, vírus e outros programas maliciosos, golpes digitais, proteção de dados pessoais, privacidade, uso responsável de recursos tecnológicos e cuidados no tratamento de informações de estudantes, famílias e servidores	151

Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição Federal): arts. 6º, 37 e 205 a 214 (direito à educação, princípios da Administração Pública e organização da educação nacional)	161
2. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): arts. 12, 13, 14, 21 a 38, 58 a 60 e 61 a 67 (organização da educação básica, gestão democrática, currículo, avaliação, educação especial e profissionais da educação)	167
3. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): arts. 4º, 5º, 53 a 59, 56 e 70 (direito à educação, proteção integral e deveres da escola na garantia de direitos).....	170
4. Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”	173
5. Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	173
6. Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026 — Plano Nacional de Educação — PNE: diretrizes, objetivos, metas, estratégias, governança, monitoramento, avaliação, financiamento, regime de colaboração e articulação com os planos estaduais e municipais de educação.....	174
7. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): documento normativo que define as aprendizagens essenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental: princípios, fundamentos e orientações para a organização curricular e pedagógica	179
8. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação inclusiva e garantia de acessibilidade	179
9. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: direitos da pessoa com TEA e diretrizes para inclusão educacional	197

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções de educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; Currículo e práticas pedagógicas na educação básica	203
2. Função social da escola pública	207
3. Organização do trabalho pedagógico	209
4. Projeto político-pedagógico: elaboração, execução, acompanhamento e avaliação.....	214
5. Planejamento educacional e planejamento de ensino	216
6. Avaliação da aprendizagem concepções, instrumentos, registros, acompanhamento e uso pedagógico dos resultados ..	219
7. Avaliação institucional e melhoria da qualidade do ensino	222
8. Didática e metodologias de ensino.....	225
9. Interdisciplinaridade, contextualização e articulação entre áreas do conhecimento	233
10. Desenvolvimento humano, aprendizagem e diversidade	237
11. Educação inclusiva, acessibilidade, adaptações pedagógicas e atendimento às necessidades educacionais dos estudantes	240
12. Relação entre escola, família e comunidade.....	247
13. Gestão da sala de aula e acompanhamento da prática docente	248
14. Formação continuada de professores.....	251
15. Horários de trabalho pedagógico coletivo	256
16. Registros pedagógicos, relatórios e documentação do processo de ensino e aprendizagem	260
17. Clima escolar, convivência, mediação de conflitos e promoção de ambiente educativo democrático, inclusivo e seguro .	263

Conhecimentos Específicos

Coordenador Pedagógico

1. Gestão pedagógica na rede pública de ensino	271
2. Organização, coordenação, execução e avaliação da proposta pedagógica da unidade escolar	274
3. Plano Escolar e sua articulação com o projeto político-pedagógico, o Conselho de Escola e as diretrizes da educação municipal e nacional	277
4. Orientação, acompanhamento e avaliação da prática docente.....	279
5. Coordenação de reuniões pedagógicas, horários de trabalho coletivo e processos de formação permanente dos educadores	281
6. Acompanhamento do processo contínuo de avaliação nas atividades e componentes curriculares	284
7. Diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, orientação pedagógica aos professores e encaminhamentos adequados	286
8. Articulação de projetos pedagógicos, interdisciplinaridade e continuidade do processo de construção do conhecimento	289
9. Integração do corpo docente, equipe diretora, pessoal administrativo e operacional, estudantes, famílias e comunidade	292
10. Registros do processo pedagógico e acompanhamento das ações desenvolvidas em sala de aula e em atividades coletivas.....	294
11. Planejamento, acompanhamento e avaliação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem e do desempenho escolar.....	296
12. Educação inclusiva, estratégias de intervenção pedagógica e acompanhamento dos resultados educacionais.....	299

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTIMODAIS

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

► Gêneros Discursivos

▪ **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

▪ **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

▪ **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

▪ **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

▪ **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

▪ **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

▪ **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

▪ **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

▪ **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

LOCALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E INFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, DA FINALIDADE, DA TESE E DOS ARGUMENTOS DO TEXTO

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.

Análise: A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Se eu fosse você, não sairia agora.

Análise: O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação
- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

► Diferença Entre Implícito e Subentendido

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

▪ **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.

▪ **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Este restaurante nunca tem fila.

Análise: Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)

Análise: Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

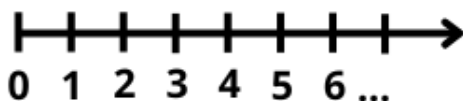
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Ex.: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

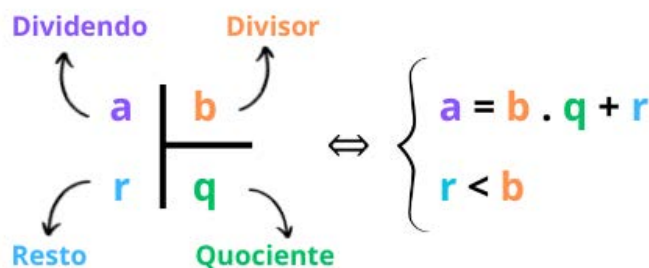
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA. COMPONENTES BÁSICOS DE COMPUTADORES, DISPOSITIVOS MÓVEIS E PERIFÉRICOS

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

► Fundamentos de Informática

▪ **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

▪ **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

▪ **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

▪ **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

▪ **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

▪ **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

▪ **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

► Tipos de computadores

▪ **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

▪ **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

▪ **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

▪ **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

▪ **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► Relação de dependência entre hardware e software

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL): ARTS. 6º, 37 E 205 A 214 (DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precdência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o

compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento) (Vigência)

I - o prazo de duração do contrato; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a remuneração do pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM; CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

► Educação como prática social e formação humana

A educação constitui uma prática social de formação humana, histórica e culturalmente situada. Ela não se reduz à transmissão de informações, pois envolve processos de apropriação, produção e reconstrução de conhecimentos, valores, linguagens, formas de convivência e modos de participação na vida coletiva. Como prática social, a educação ocorre em diferentes espaços, mas adquire configuração específica na escola, onde se organiza de maneira intencional, sistemática e institucionalizada. Essa intencionalidade diferencia a ação educativa escolar de experiências espontâneas de socialização, porque articula finalidades formativas, seleção de saberes, organização curricular, mediação docente, acompanhamento da aprendizagem e responsabilidade pública sobre o direito ao conhecimento.

A concepção de educação adotada por uma instituição orienta sua maneira de compreender o estudante, o professor, o conhecimento e as relações pedagógicas. Uma concepção meramente transmissiva tende a tratar o conhecimento como conteúdo pronto, externo ao sujeito, cabendo ao estudante receber, reproduzir e demonstrar domínio formal. Uma concepção formativa, crítica e democrática entende o conhecimento como patrimônio cultural e instrumento de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Nessa perspectiva, aprender significa estabelecer relações, formular explicações, problematizar situações, construir significados e participar de práticas sociais nas quais o conhecimento ganha função intelectual, ética, cultural e política.

A educação escolar também está vinculada à formação integral. A formação integral não significa acúmulo indiscriminado de conteúdos, mas desenvolvimento articulado de dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais, corporais, estéticas e éticas. O estudante é compreendido como sujeito histórico, portador de experiências, linguagens, pertencimentos e modos de compreender o mundo. A escola não abandona o conhecimento sistematizado para privilegiar apenas vivências imediatas; ao contrário, parte das experiências dos sujeitos para ampliar repertórios, introduzir formas elaboradas de pensamento e possibilitar acesso a saberes que não se constituem de modo espontâneo.

► Escola como instituição pública de conhecimento, convivência e inclusão

A escola é uma instituição social responsável pela organização intencional do ensino e pela garantia de acesso aos conhecimentos considerados relevantes para a formação das novas gerações. Sua função não se limita à guarda de crianças e jovens, à preparação para etapas posteriores ou à adaptação passiva a demandas sociais. A escola produz condições para que os sujeitos se apropriem de linguagens, conceitos, métodos de investigação, formas de expressão, critérios de argumentação e modos de convivência democrática. A dimensão pública da escola exige compromisso com equidade, inclusão, participação e qualidade social da educação.

A escola também é espaço de encontro entre sujeitos diversos. Diferenças de origem social, cultura, raça, gênero, território, religião, deficiência, ritmos de aprendizagem e trajetórias familiares atravessam o cotidiano escolar. Uma concepção democrática de escola não transforma tais diferenças em justificativas para exclusão, baixa expectativa ou empobrecimento curricular. As diferenças devem orientar a construção de condições pedagógicas de acesso, participação e aprendizagem. Isso implica organização de tempos, espaços, recursos, metodologias, registros, agrupamentos e formas de acompanhamento capazes de reconhecer singularidades sem reduzir o direito comum ao conhecimento.

Algumas dimensões estruturam a função social da escola e dão concretude à sua responsabilidade formativa:

- Garantia de acesso ao conhecimento sistematizado, com valorização dos saberes culturais dos estudantes e ampliação de repertórios intelectuais.
- Organização de relações de convivência baseadas em respeito, participação, diálogo, corresponsabilidade e enfrentamento de práticas discriminatórias.
- Construção de práticas pedagógicas que articulem ensino, aprendizagem, avaliação, currículo e gestão institucional.
- Promoção de condições de permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, com atenção às desigualdades que interferem na trajetória escolar.

Essas dimensões indicam que a escola não atua apenas no plano administrativo ou instrucional. Sua identidade pedagógica depende da coerência entre projeto educativo, currículo, planejamento, práticas de ensino, avaliação e relações institucionais. Quando esses elementos permanecem fragmentados, a escola tende a produzir ações isoladas, pouco efetivas e incapazes de sustentar processos de aprendizagem consistentes.

► **Currículo como construção cultural, política e pedagógica**

O currículo é o conjunto organizado de conhecimentos, experiências, práticas, relações, tempos, espaços, critérios e formas de avaliação que compõem a formação escolar. Ele não se restringe a uma lista de conteúdos ou a uma sequência de unidades didáticas. O currículo expressa escolhas culturais e pedagógicas, pois define quais saberes serão trabalhados, com que finalidades, por meio de quais abordagens e em diálogo com quais sujeitos e contextos. Essas escolhas nunca são neutras: revelam concepções de sociedade, infância, juventude, conhecimento, aprendizagem e justiça educacional.

Uma compreensão ampla de currículo permite reconhecer diferentes níveis de sua manifestação. O currículo prescrito aparece em documentos orientadores, propostas institucionais e matrizes de referência. O currículo planejado se materializa nas decisões de professores e equipes pedagógicas sobre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação. O currículo em ação ocorre nas interações concretas da sala de aula, nos projetos, nas atividades, nas perguntas dos estudantes e nas mediações docentes. O currículo oculto manifesta-se nas normas implícitas, expectativas, silenciamentos, formas de tratamento, distribuição de oportunidades e valores vividos no cotidiano escolar.

Currículo, conhecimento e poder

Ao selecionar determinados conhecimentos, o currículo também organiza visibilidades e ausências. Determinados grupos sociais, tradições culturais, narrativas históricas e formas de expressão podem ser valorizados ou marginalizados. Por isso, uma prática curricular democrática precisa interrogar a origem dos conhecimentos, os critérios de seleção, os modos de abordagem e os efeitos das escolhas realizadas. A valorização da diversidade não significa fragmentar o currículo em experiências dispersas, mas ampliar a qualidade cultural da formação, integrando conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, históricos, filosóficos e saberes produzidos em diferentes contextos sociais.

A organização curricular precisa equilibrar continuidade e contextualização. A continuidade assegura progressão conceitual, aprofundamento e articulação entre etapas, áreas e componentes. A contextualização permite que os conteúdos ganhem sentido em relação a problemas, linguagens, práticas sociais e realidades vividas. Sem continuidade, o currículo se torna episódico; sem contextualização, transforma-se em exposição abstrata e descolada da experiência dos estudantes. A consistência curricular depende da relação entre ambos os princípios.

CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS ESCOLARES

► **Ensino como mediação intencional do conhecimento**

O ensino é uma ação intencional de mediação entre os estudantes e os conhecimentos culturalmente produzidos. Essa mediação não equivale a simples exposição verbal nem à aplicação mecânica de atividades. Ensinar envolve diagnosticar conhecimentos prévios, organizar situações didáticas, propor problemas, selecionar recursos, orientar procedimentos, explicitar conceitos, acompanhar percursos, intervir nas dificuldades e criar condições para que os estudantes avancem em seus modos

de pensar. O professor ocupa papel intelectual e pedagógico central, pois transforma objetivos formativos em experiências de aprendizagem organizadas.

A mediação docente exige clareza sobre o objeto de conhecimento. Não basta escolher uma atividade interessante; é necessário compreender quais conceitos, procedimentos, atitudes, linguagens ou formas de raciocínio estão em jogo. Atividades podem ser visualmente atraentes e, ao mesmo tempo, pouco relevantes do ponto de vista cognitivo. A qualidade do ensino depende da relação entre finalidade, conteúdo, desafio, intervenção e avaliação. Uma situação didática potente mobiliza o estudante, mas também preserva rigor conceitual, progressão e possibilidade de elaboração.

O ensino também requer planejamento flexível. Flexibilidade não significa improvisação permanente, mas capacidade de ajustar percursos sem perder as finalidades pedagógicas. A observação das respostas dos estudantes, dos erros, das dúvidas e das estratégias utilizadas fornece elementos para reorganizar explicações, propor novas atividades, formar agrupamentos, retomar conceitos ou ampliar desafios. O planejamento do ensino torna-se, assim, uma hipótese de trabalho continuamente confrontada com a realidade da aprendizagem.

► **Aprendizagem como construção ativa e social de significados**

A aprendizagem escolar envolve apropriação ativa de conhecimentos. O estudante não é recipiente vazio nem simples executor de comandos. Ele interpreta, relaciona, compara, formula hipóteses, mobiliza experiências anteriores, enfrenta conflitos cognitivos e reorganiza esquemas de pensamento. Essa atividade, porém, não ocorre de modo isolado ou puramente espontâneo. A aprendizagem é socialmente mediada por linguagens, interações, instrumentos culturais, intervenções docentes e participação em práticas compartilhadas.

Aprender implica atribuir sentido e construir significado. O sentido relaciona o conteúdo à experiência, à finalidade percebida e ao envolvimento do sujeito. O significado refere-se à compreensão conceitual socialmente validada, que permite utilizar o conhecimento em diferentes situações. Uma aprendizagem pode ter sentido imediato, mas permanecer frágil conceitualmente; também pode apresentar definição formal correta, mas sem uso efetivo em situações concretas. A prática pedagógica precisa articular essas dimensões, garantindo envolvimento e rigor.

Erro, conflito cognitivo e reorganização do pensamento

O erro possui valor pedagógico quando analisado como expressão de um modo de pensar. Ele não deve ser tratado apenas como falta, falha moral ou ausência de estudo. Muitos erros revelam hipóteses coerentes dentro de uma lógica ainda incompleta. A intervenção pedagógica qualificada identifica a natureza do erro, distingue dificuldade conceitual de dificuldade linguística ou procedimental e propõe ações que permitam ao estudante revisar suas estratégias. O tratamento pedagógico do erro fortalece a aprendizagem porque desloca o foco da punição para a compreensão dos processos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO PEDAGÓGICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

O SENTIDO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica é uma das dimensões centrais do funcionamento da escola pública, pois está diretamente relacionada à organização do ensino, à aprendizagem dos estudantes e à qualidade do trabalho educativo desenvolvido no cotidiano escolar. Quando se fala em gestão pedagógica, não se trata apenas de organizar documentos, acompanhar calendários ou verificar se os conteúdos estão sendo cumpridos. Trata-se de coordenar, orientar, acompanhar e avaliar todo o processo educativo, garantindo que a escola cumpra sua função social: promover o acesso ao conhecimento, desenvolver competências, formar cidadãos críticos e contribuir para a redução das desigualdades.

Na rede pública de ensino, a gestão pedagógica assume uma importância ainda maior, porque a escola pública atende a uma população diversa, marcada por diferentes realidades sociais, culturais, econômicas e familiares. Essa diversidade exige uma atuação planejada, sensível e comprometida com a equidade. Não basta oferecer o mesmo ensino para todos; é necessário considerar as necessidades concretas dos estudantes, identificar dificuldades, propor intervenções e criar condições para que todos possam aprender.

A gestão pedagógica envolve a articulação entre currículo, planejamento, avaliação, formação docente, acompanhamento da aprendizagem e participação da comunidade escolar. Ela não acontece de forma isolada, nem depende apenas de uma pessoa. Embora o coordenador pedagógico tenha papel fundamental nesse processo, a gestão pedagógica precisa ser assumida coletivamente pela equipe escolar. Direção, professores, funcionários, estudantes e famílias participam, cada um a seu modo, da construção de uma escola mais organizada, democrática e comprometida com os resultados educacionais.

É importante diferenciar a gestão pedagógica da gestão administrativa. A gestão administrativa cuida de aspectos como recursos materiais, documentação, infraestrutura, horários, alimentação, transporte e organização burocrática. Esses elementos são essenciais para o funcionamento da escola, mas não garantem, sozinhos, a aprendizagem. A gestão pedagógica, por sua vez, volta-se diretamente para o processo de ensino e aprendizagem. Ela pergunta: o que os estudantes precisam aprender? Como os professores estão ensinando? Quais dificuldades aparecem? Que estratégias podem ser utilizadas? Como avaliar melhor? Que ações devem ser feitas para que nenhum estudante fique para trás?

► O papel do coordenador pedagógico na gestão escolar

O coordenador pedagógico é um dos principais responsáveis pela organização da gestão pedagógica na escola. Sua função não deve ser confundida com a de fiscalizador do trabalho docente, nem reduzida à resolução de problemas emergenciais. O coordenador atua como mediador, formador, articulador e orientador das práticas educativas. Sua presença é fundamental para transformar o planejamento escolar em ação concreta e para garantir que as decisões pedagógicas sejam tomadas com base nas necessidades reais dos estudantes.

A liderança exercida pelo coordenador pedagógico é uma liderança formativa. Isso significa que ele não lidera apenas por autoridade formal, mas pela capacidade de escutar, dialogar, orientar, propor caminhos e construir soluções coletivas. Seu trabalho exige conhecimento pedagógico, sensibilidade humana, capacidade de análise e postura ética. Ele precisa compreender o currículo, acompanhar os resultados de aprendizagem, apoiar os professores em suas dificuldades e promover espaços de reflexão sobre a prática.

Uma das tarefas mais importantes do coordenador é acompanhar o trabalho docente. Esse acompanhamento não deve ser visto como controle, mas como apoio profissional. O professor, muitas vezes, enfrenta turmas heterogêneas, dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, falta de recursos e cobranças diversas. Nesse contexto, o coordenador pode ajudar na escolha de estratégias didáticas, na análise de avaliações, na reorganização do planejamento e na elaboração de intervenções pedagógicas.

Além disso, o coordenador pedagógico atua como ponte entre os diferentes sujeitos da escola. Ele dialoga com a direção sobre prioridades pedagógicas, acompanha os professores em suas práticas, observa as necessidades dos estudantes e, quando necessário, aproxima as famílias do processo educativo. Essa mediação é essencial porque a aprendizagem não depende apenas da sala de aula, mas de um conjunto de relações que envolvem escola, família e comunidade.

Outro aspecto importante é a construção de uma cultura de colaboração. Em muitas escolas, os professores trabalham de forma isolada, cada um cuidando de sua turma ou disciplina. A gestão pedagógica busca superar esse isolamento, incentivando o planejamento coletivo, a troca de experiências e a construção de estratégias comuns. O coordenador pedagógico tem papel decisivo nesse processo, pois organiza reuniões, conduz estudos, propõe pautas formativas e estimula a análise conjunta dos desafios escolares.

Assim, o coordenador pedagógico é um profissional estratégico para a qualidade da educação pública. Seu trabalho contribui para que a escola não funcione apenas pela rotina, mas por objetivos pedagógicos claros. Quando sua atuação é bem estruturada, ele ajuda a transformar dados em decisões, problemas em planos de ação e dificuldades em oportunidades de aprendizagem.

► Planejamento e organização do trabalho pedagógico

O planejamento é uma das bases da gestão pedagógica. Sem planejamento, a escola corre o risco de agir apenas por improviso, respondendo aos problemas conforme eles aparecem, sem uma direção clara. Planejar significa antecipar ações, definir objetivos, organizar recursos, estabelecer prioridades e prever formas de acompanhamento. Na rede pública de ensino, o planejamento é ainda mais necessário porque a escola precisa atender a muitos estudantes, com diferentes necessidades, garantindo o direito à aprendizagem de todos.

O Projeto Político-Pedagógico, conhecido como PPP, é o principal documento orientador da escola. Ele expressa a identidade da instituição, seus princípios, seus objetivos, sua concepção de educação e suas formas de organização. O PPP não deve ser um documento apenas formal, guardado em arquivos ou elaborado para cumprir exigências administrativas. Ele precisa orientar a prática cotidiana da escola, servindo como referência para decisões pedagógicas, projetos, avaliações e intervenções.

A gestão pedagógica deve garantir que o PPP seja construído e revisado de forma coletiva. Isso significa envolver professores, equipe gestora, estudantes, famílias e demais representantes da comunidade escolar. Quanto mais participativo for esse processo, maior será o compromisso dos envolvidos com as metas e ações definidas. O PPP deve responder a perguntas fundamentais: que escola queremos construir? Que estudante queremos formar? Quais são nossos principais desafios? Que ações são necessárias para melhorar a aprendizagem?

Além do PPP, o planejamento pedagógico envolve a organização do currículo. O currículo não é apenas uma lista de conteúdos. Ele representa o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, práticas e experiências que a escola oferece aos estudantes. A gestão pedagógica precisa assegurar que o currículo seja trabalhado de maneira articulada, progressiva e significativa. Isso exige diálogo entre professores, análise das necessidades das turmas e atenção às orientações oficiais da rede de ensino.

O plano de ensino também ocupa lugar importante nesse processo. Ele traduz o currículo em ações concretas: objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologias, recursos, formas de avaliação e estratégias de recuperação. O coordenador pedagógico deve acompanhar esses planos, ajudando os professores a

torná-los coerentes com a realidade dos estudantes. Um bom plano de ensino não é rígido; ele pode e deve ser ajustado conforme o desenvolvimento da turma.

Outro ponto essencial é o planejamento coletivo. A escola precisa criar momentos para que os professores discutam práticas, analisem dificuldades e planejem ações conjuntas. Esses espaços não devem ser ocupados apenas por informes administrativos. Devem ser momentos de estudo, reflexão e construção pedagógica. Quando o planejamento coletivo é bem conduzido, a escola desenvolve maior unidade de ação, evita repetição desnecessária de conteúdos, identifica lacunas de aprendizagem e organiza intervenções mais eficazes.

► Acompanhamento da aprendizagem e avaliação educacional

A avaliação é uma das ferramentas mais importantes da gestão pedagógica. Quando bem utilizada, ela permite compreender o que os estudantes aprenderam, quais dificuldades ainda apresentam e que ações precisam ser realizadas para melhorar o processo educativo. Avaliar não significa apenas atribuir notas ou classificar estudantes. A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo de investigação, acompanhamento e tomada de decisão.

Na escola pública, a avaliação precisa estar a serviço da aprendizagem. Isso significa que seus resultados devem orientar o trabalho pedagógico. Quando uma turma apresenta dificuldades em leitura, escrita, resolução de problemas ou compreensão de conceitos, a escola não pode apenas registrar o baixo desempenho. É necessário investigar as causas, reorganizar o ensino e propor intervenções. A gestão pedagógica tem a responsabilidade de transformar os dados avaliativos em ações concretas.

A avaliação diagnóstica é realizada para identificar conhecimentos prévios, lacunas e necessidades dos estudantes. Ela é especialmente importante no início de períodos letivos, de unidades de estudo ou após mudanças significativas na rotina escolar. Com ela, o professor e o coordenador pedagógico conseguem compreender o ponto de partida da turma. Esse diagnóstico evita que o ensino avance de forma desconectada da realidade dos estudantes.

A avaliação formativa ocorre durante o processo de aprendizagem. Ela permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do percurso, oferecendo informações para ajustes imediatos. Pode ocorrer por meio de observações, atividades, produções escritas, debates, exercícios, registros e devolutivas. Sua principal característica é permitir correção de rota. Se o estudante ainda não compreendeu determinado conteúdo, o professor pode retomar, propor outra abordagem, formar grupos de apoio ou utilizar novos recursos.

A avaliação somativa, por sua vez, costuma ocorrer ao final de um período, unidade ou etapa. Ela sintetiza resultados e pode contribuir para verificar o nível de aprendizagem alcançado. No entanto, a gestão pedagógica deve evitar que esse tipo de avaliação seja usado apenas para aprovar ou reprovar. Seus resultados também precisam alimentar o planejamento pedagógico.

Outro elemento relevante é o uso de indicadores educacionais. Taxas de frequência, abandono, rendimento, participação, desempenho em avaliações internas e externas e registros de acompanhamento são informações que ajudam a escola a compreender sua realidade. Mas os dados, sozinhos, não resolvem



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!